



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA PAULO VI AO PRIMEIRO MINISTRO DE PORTUGAL*

Sábado, 19 de Fevereiro de 1977

Com prazer acolhemos a visita que Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, acompanhado do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nos quis fazer, por ocasião da viagem empreendida a várias capitais da Europa, com a finalidade de propiciar a inserção de Portugal no contexto da Comunidade europeia.

Esta visita constitui reiterada e pública confirmação do desejo de Portugal de manter, nesta nova fase da sua vida nacional, as tradicionais relações que há tantos séculos o ligam à Sé Apostólica.

Urna tal vontade encontra-Nos, a Nós igualmente, desejoso de continuar a acompanhar de perto, com particular interesse e afecto, um Povo que, por muitos motivos, Nos é caríssimo, e do qual recordamos as antigas epopeias e seguimos com atenção o empenho posto, agora, em preparar para si e para os seus filhos um porvir de novos progressos em dignidade inalterada.

Conhecemos quantos esforços isso custa, quantos sacrifícios exige e quais os perigos e dificuldades que insidiam a realização de urna empresa semelhante. No entanto, oferecem-Nos confiança as virtudes do povo português: o seu pundonor, a sua capacidade de aguentar e, sobretudo, de agir.

Outrossim Nos dá confiança -permita-Nos, Senhor Primeiro Ministro, dizê-lo- a predilecção que parece ter querido demonstrar para com Portugal a Mãe de Deus, venerada pelos portugueses e por todo o mundo católico no Santuário de Fátima, que também Nós já tivemos a dita de visitar: urna predilecção que é de bom auspício para a fidelidade do povo português à fé dos seus avós; nela Nos é grato ver também um penhor de auxílio à sua vontade de construir- se um futuro de legítimo e geral bem-estar, na segurança social, na paz e na liberdade.

Da Nossa parte, de bom grado exprimimos votos para que, feliz e prontamente, urna tal meta seja alcançada, graças ao labor conjunto de todos os filhos de Portugal, na solidariedade e na concórdia, ditadas por um comum e nobilíssimo objectivo, embora com as legítimas diferenças que um ordenamento democrático permite, ou melhor, exige, em certo sentido; isso, porém, sempre no respeito recíproco e no amor dos valores de fé religiosa, de liberdade, de justiça, de independência nacional e de salvaguarda dos direitos inalienáveis da pessoa humana.

Podemos assegurar-vos que a Igreja, sem pedir para si situações de privilégio mas a possibilidade de continuar a desempenhar, em legítimo espaço de liberdade plena, a sua missão espiritual e de elevação moral, permanecerá também para o futuro intimamente unida ao povo português, a fim de dar a sua contribuição dedicada para o bem-estar e para a prosperidade da vossa nobre Nação.

Ao invocarmos sobre ela e sobre aqueles que têm a responsabilidade de cuidar dos seus destinos a protecção do Altíssimo, queremos exprimir a Vossa Excelência, Senhor Primeiro Ministro, e ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, assim como a todas as ilustres Personalidades do seu séquito os Nossos votos de bem e os Nossos respeitos.

*AAS 69 (1977), p.206-207;

Insegnamenti di Paolo VI, vol. XV p.172-173;

OR 20.2.1977, p.1.